

## Capitães da metrópole

Por Gislaine Buosi

Para discorrer sobre a redução da maioridade penal, nada melhor do que a releitura de um clássico, qual seja, Capitães da Areia, do baiano modernista Jorge Amado. A obra, editada 1937, caracterizou-se não só como uma denúncia social, mas também como um alerta: era preciso cuidar das crianças do Brasil, uma vez que havia meninos abandonados à própria sorte. Entretanto, passados mais de oitenta anos, percebemos que a obra de Amado cheira à tinta fresca, haja vista o número expressivo de meninos que ainda sobrevivem do crime. E, então, a comunidade civil, os juristas e os legisladores debruçam-se diante da seguinte questão: o ordenamento jurídico deve reduzir a maioridade penal, de 18 para 16 anos? Será que tal redução não endossa “a lei do mínimo esforço”?

Nessa perspectiva, para responder às indagações, é preciso apontar que esse debate se aquece quando um crime cometido por menor de idade cai nas mídias digitais, que provocam a comoção social. Aliás, ao que parece, as pautas legislativas têm sido definidas exatamente pelas mídias, haja vista a quantidade de projetos engavetados, à espera de espaço para serem pautados. Em 1997, houve um aceno à votação de projetos que envolvem a redução da maioridade, por conta da morte do indígena pataxó, cujos criminosos eram menores de idade. Todavia, estudos recentes apontam que a delinquência juvenil responde por apenas 10% dos assassinatos cometidos no Brasil. Em contrapartida, no Japão, 42,6% dos assassinatos são cometidos por jovens, e, ainda assim, a idade penal naquele país é de 20 anos. Sem dúvida, faltam no Brasil ações afirmativas voltadas à escolarização, uma vez que grande parte dos delinquentes juvenis estão fora da escola.

Soma-se a isso o fato de que reduzir a maioridade penal, inegavelmente, equivale recorrer à lei do menor esforço. Os legisladores, diante do clamor popular e da possibilidade de uma resposta fácil e rápida, esforçam-se para que jovens infratores sejam punidos, a partir dos 16 anos, com toda a ira da processualística penal, muito embora o ECA já determine aos “capitães da metrópole” apreensão e medidas socioeducativas – eufemismos para prisão e pena. Se houver hoje a redução pretendida por alguns, amanhã será preciso um novo ajuste, haja vista o óbvio: meninos com menos de 16 anos, ainda inimputáveis, serão recrutados para ocuparem os “postos de trabalho” então desocupados pelos infratores maiores de 16 anos que, à vista da redução, perderão a inimputabilidade.

Portanto, a redução da maioridade penal não é estratégia eficiente para erradicar a delinquência juvenil. Como a questão implica, também, comportamento, é necessário priorizar a Educação e, para tanto, cabe ao MEC implementar não só mecanismos para a aferição da qualidade no ensino público, o que deve ser feito por meio de avaliações regulares, a exemplo do que acontece haja vista o Brasil destinar, aproximadamente, de 6% do PIB à Educação – fatia maior que a dos EUA, do Japão, da Suíça e do Reino Unido. É preciso também proporcionar ensino em período integral, a fim de que os adolescentes passem maior tempo na escola. Paralelamente, é necessário estabelecer parcerias com as mídias, a fim de que seja disseminada a noção de que o medo de ser preso e o tempo de pena não são o bastante para afastar o jovem do crime, e, sim, a escolarização, a estrutura familiar e a oportunidade de um trabalho digno.